



XIII Simpósio Integrado de Pesquisa FURB/UNIVILLE/UNIVALI

27 de agosto de 2015, Blumenau - SC

## PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO ÂMBITO POLICIAL

**Jéssica Reinert dos Santos**

jereinertfurb@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau - FURB

**Adriana Fischer**

fischer.furb@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau - FURB

CAPES

**Resumo** A presente pesquisa tem por objetivo compreender como os posicionamentos identitários estão relacionados às práticas de letramento presentes no contexto específico do âmbito policial. Para esse estudo, realizamos uma entrevista semiestruturada de caráter narrativo, no qual o sujeito possui a possibilidade de contar suas histórias e vivências através de perguntas norteadoras. As análises estão pautadas na perspectiva sociocultural dos letramentos, bem como nas questões referentes à identidade, partindo de uma concepção de linguagem com vistas à teoria enunciativa. Com base na análise dos dados, há um híbrido referente às relações identitárias, uma vez que, enquanto escrevem, o sujeito assume várias identidades em um mesmo contexto social, dependendo da situação enunciativa na qual se depara.

**Palavras-chave:** Esfera policial. Identidade. Leitura. Escrita.

### 1. Introdução

Ao nos reportarmos a eventos e práticas de letramento, normalmente fazemos menção às atividades que estão relacionadas ao âmbito escolar. Contudo, esquecemos que não é somente na escola, mas sim, em vários contextos que o letramento se faz presente. Nesta pesquisa, iremos nos inserir no âmbito policial, meio permeado pelos letramentos. O fenômeno dos letramentos não é compreendido como "um conjunto imutável e universal de habilidades ou conhecimentos. O que conta como letramento é uma variedade de fatores como local, instituição, finalidade, período histórico, cultura, situação econômica e as *relações de poder*" (COMBER; CORMACK, 1997, p.22 - tradução nossa - grifos nosso).

No âmbito policial, as relações de poder e constituições identitárias são aspectos muito presentes no cotidiano, sendo percebidas desde a interlocução





entre os sujeitos, bem como, seus posicionamentos linguísticos frente a escrita. Kleiman (2008) define as práticas de letramento como não restritas somente aos aspectos culturais, mas também, às estruturas de poder que constituem a sociedade na qual o sujeito se insere. Nesse meio social específico, os multiletramentos se fazem presentes, compreendendo (cf. ROJO, 2013) a *multiplicidade de linguagens* que estão envolvidas na atribuição de sentidos nos textos multimodais, além da *pluralidade cultural* que contribuem para as relações de significação.

Nosso objetivo com essa pesquisa é o de compreender como os posicionamentos identitários estão relacionados às práticas de letramento presentes no contexto específico do âmbito policial. O sujeito escolhido para compor esta pesquisa é uma policial, hoje aposentada, que atuou durante vinte e sete anos como policial civil do estado de Santa Catarina, a qual nos referimos pelo pseudônimo de Vitória, escolhido pelo próprio sujeito, para manter sua identidade em anonimato.

O presente artigo se inicia com a contextualização teórica e social na qual nos inserimos para a realização da presente pesquisa, passando para os procedimentos metodológicos de geração de dados. Em seguida, analisamos os dados obtidos e finalizamos com nossas considerações acerca do estudo.

## 2. Metodologia

A pesquisa se classifica como qualitativa, uma vez que será realizada a "[...] análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais" (MARTINS, 2004, p. 292) e interpretativista cujo "[...] conhecimento é considerado como construído pela capacidade de o investigador produzir significado para os fenômenos [...]" (SOARES, 2006, p. 403).

Para a geração de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada de caráter narrativo, através da qual o sujeito possui a possibilidade de contar suas histórias e vivências através de perguntas norteadoras. A entrevista foi



gravada em áudio através de um aparelho eletrônico e, após, foi realizada a transcrição, na íntegra, de tudo o que foi discutido e exposto. A entrevista foi realizada nas dependências da casa de nosso sujeito, uma vez que este ambiente é familiar a ela, deixando-a mais confortável para responder as perguntas.

Nossas análises ocorrerão pautadas na perspectiva sociocultural dos letramentos (COMBER; CORMACK, DIONÍSIO, KLEIMAN), bem como nas relações identitárias (Silva et al., SILVA; GOMIDE), partindo de uma concepção de linguagem com base na teoria enunciativa (BAKHTIN, FARACO).

### 3. A leitura e a escrita na esfera policial

Ao iniciar a entrevista com Vitória, esta foi questionada sobre o que escrevia no seu ambiente de trabalho, e prontamente respondeu “*Eu escrevia a declaração das pessoas na condição de vítimas, acusados e testemunhas*”. Logo nessa primeira frase, percebemos que o sujeito assumiu a identidade de policial, mesmo já estando aposentada, utilizando o léxico característico dessa esfera, como *declaração, vítimas, acusados, testemunhas*. Esse posicionamento se justifica, conforme Silva et al. (2013, p. 10), pois “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, compreendendo assim, que as identidades podem ser consideradas como um híbrido de posicionamentos que se molda em decorrência da situação na qual o sujeito se encontra, do contexto específico no qual ocorre a enunciação. Nesse sentido, podemos concluir que o sujeito é, ao mesmo tempo, individual e social, constituído “por meio das relações sociais que mantém com o ‘outro’ e com os ‘outros eus’ que o constituem enquanto sujeito” (SILVA; GOMIDE, 2013, p.222).

Durante a entrevista, Vitória cita que no seu trabalho, os gêneros discursivos que permeiam esse contexto: são boletins de ocorrência, auto de prisão em flagrante, relatos das vítimas e/ou acusados, cartas precatórias,



intimações, e esses procedimentos são orientados através de “*um livro sobre a escrita oficial do estado e vários outros documentos que a própria instituição fornece para própria orientação dos serviços*”, a fim de que os documentos sejam padronizados, tanto linguístico quanto estruturalmente. Nesse sentido, podemos perceber que esses gêneros discursivos “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo” (BAKHTIN, 2011, p. 261), suprimindo, então, as necessidades estruturais e textuais específicas da esfera policial.

Contudo, apesar de o enfoque da escrita ocorrer através da utilização das orientações oficiais, Vitória apresenta que:

*(1) [...] muito importante o detalhe que eu tenho que respeitar a forma que a pessoa fala. Num depoimento ela pode usar palavrões, palavras chulas e eu preciso colocar isso no depoimento né, porque essa palavras que às vezes vão denota a gravidade da ofensa, né.*

Podemos inferir que, em alguns momentos, se faz necessário que a escrita se torne mais próxima à oralidade, “[...] quando a identidade dos participantes e a relação que se quer estabelecer com a audiência ou com o interlocutor são mais relevantes para a comunicação.” (KLEIMAN, 1995, p.28). Nesse contexto específico, a audiência refere-se aos juízes e desembargadores, os quais receberão tal procedimento, para que assim, possam compreender a complexidade do evento relatado pelos declarantes, vítimas e/ou acusados.

Outra preocupação que se faz presente na profissão do escrivão, sob a ótica de Vitória, a qual atuou durante onze anos nessa profissão, é a ética e fidelidade com relação àquilo que é dito pelos indivíduos durante as declarações:

*(2) [...] o que eu levava muito a sério era ser muito fiel ao que a pessoa efetivamente queria dizer, naquele momento. Eu não posso colocar a*



### XIII Simpósio Integrado de Pesquisa FURB/UNIVILLE/UNIVALI

27 de agosto de 2015, Blumenau - SC

*minha visão do fato, eu tenho sempre que ter a aprovação da pessoa, foi assim que eu você viu, dessa forma ou da outra forma, com uma riqueza muito grande de detalhes. É uma função desgastante, né, porque você tem que ser extremamente chato até e minuciosa, porque a pessoa vai ter que falar com todos os detalhes, né.*

Conforme indícios que emergem do excerto (2), compreendemos que “todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição nesse contexto.” (FARACO, 2003, p.25), contudo esse posicionamento axiológico, pode ser tomado somente, nesse contexto específico, pela pessoa a qual declara a situação, não cabendo ao escrivão colocar o seu ponto de vista e julgamentos sobre o fato relatado, conforme afirmação feita por Vitória “*Eu não posso colocar a minha visão do fato*”. Pinçamos assim, que o escrivão “não é parte do observado, [aquele] que pode ver sem ser visto” (ZAVALA, 2010, p. 78), ou seja, o escrivão não faz parte do evento relatado, contudo está inserido em toda ação do ato de transpor o oral para o escrito, movimento este que exige a não inserção de marcas linguísticas de cunho valorativo incorporadas pelo escrivão.

Ainda com base no excerto (2), Vitória traz que sua função é um tanto quanto desgastante, tendo que ter uma postura “*extremamente chato até e minuciosa*” com relação a descrição dos detalhes. Nessa fala, aflora que a descrição rica em detalhes é uma atividade importante nessa profissão, pois “quando lemos e escrevemos, estamos fazendo isso em um contexto específico, visando a atingir os propósitos determinados” (SILVA et al., 2013, p. 12). A descrição, nesse sentido, tem o propósito de expor aos superiores, que julgarão o caso, todos os entornos que permearam o fato relatado pelos declarantes, a fim de auxiliá-los tanto na compreensão de como o episódio ocorreu quanto na tomada de decisões no julgamento.

Mais um aspecto trazido à tona por Vitória é a questão da apresentação linear dos fatos no documento final construído, ao exteriorizar que





*(3) Como é que eu vou mandar um procedimento todo bagunçado, né. Quem vai ler lá na frente tem que ter uma sequência de raciocínio. Então, a gente vai compilando todos os documentos e provas e vai montando de forma que o juiz e o promotor entendam a sequência dos fatos e pra isso [...]*

Do excerto (3) emerge a preocupação da policial aposentada em organizar os procedimentos, seguindo tanto uma ordem cronológica quanto episódica, a fim de auxiliar os seus superiores na compreensão dos fatos relatados. Essa preocupação com a sequencialidade é o que Kleiman (1997, p. 52) chamaria de “princípio da canonicidade [o qual] conjuga-se [...] uma regra de linearidade que pressupõe que a materialização linear (no papel) dos elementos formais reflete essa ordem natural”. Assim, há uma negociação da escritã das normas estabelecidas para com suas compreensões acerca daquilo que facilitaria a interpretação dos leitores futuros.

Quando questionada sobre a leitura, nossa entrevistada relata que lia “muito, muito, muito” em sua profissão, a qual caracterizou como sendo leitura de códigos penais e orientações públicas. Referente à leitura dos procedimentos que realizava, Vitória conta que, após denúncia realizada para o Ministério Público, esse documento se transforma em um procedimento que é encaminhado para a delegacia. Então, este procedimento é encaminhado ao escrivão que ficará responsável pelo caso. Nessa parte do processo, o profissional de polícia

*(4) pega [...] todos os documentos que tiver dessa notícia crime, a gente tem que ler minuciosamente, [...] aí chega uma pessoa e vai apresentá algum documento, aí tem que juntar, ler, ver se vale a pena ou não.”*

Compreendemos, então, que a escritã tinha minúcia na leitura dos documentos com o intuito de realizar uma triagem para manter somente



aqueles de cunho decisivo nas investigações, além de acompanhar as notícias veiculadas pela mídia para contextualizar de que forma esse fato está sendo noticiado e quais informações estão sendo divulgadas.

Vitória também destaca que “*é necessário ter um bom conhecimento em todas as áreas para saber como agir, para saber quais caminhos tomar*”. As áreas, as quais são citadas pela nossa entrevistada, dizem respeito aos conhecimentos acerca das questões legais e informativas que cercam esse delito, o que auxilia o escrivão no momento de interrogar as partes envolvidas (vítima, testemunha e acusado), a ter conhecimento da causa na qual está trabalhando.

## 5. Considerações finais

Ao iniciar essa pesquisa, propomos-nos a compreender como os posicionamentos identitários estão relacionados às práticas de letramento presentes no contexto específico do âmbito policial. Para isso, entrevistamos uma policial aposentada para relatar suas experiências enquanto profissional.

Esse estudo trouxe muitas considerações acerca das dimensões de leitura e escrita que nos cercam, sendo muito mais complexas do que se apresentam explicitamente. No âmbito policial, podemos perceber que vários foram os letramentos utilizados por um mesmo profissional, como o letramento acerca da confecção de documentos, leituras específicas sobre o crime a ser investigado, conhecimentos legais, ética profissional, os quais caracterizam os letramentos da área profissional desta policial entrevistada. Essas práticas, ao mesmo tempo, envolvem um híbrido de posicionamentos frente às situações enunciativas, nas quais o profissional se insere.

Frente aos diálogos propostos com nosso sujeito, compreendemos que a profissão de policial envolve várias práticas de letramento, no sentido plural, não se restringindo somente como único e específico, assim como, não podemos dizer que há apenas uma identidade no âmbito policial, mas como





uma esfera que engloba vários letramentos e destes, emergem os posicionamentos identitários frente a cada situação.

## Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora W F Martins Fontes, 2011, p. 261-306.

COMBER, B.; CORMACK, P.. Looking beyond skills and processes: literacy as social and cultural practices in classrooms. **Reading**, Oxford, v.31, n. 3, p. 22-29, 1997.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba. Criar edições, 2003.165 p.

KLEIMAN, A. Modelos de Letramentos e práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (orgs.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 10. reimpressão. Campinas: Mercado das Letras, 1995, p. 15-61.

\_\_\_\_\_. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 5. ed. Campinas: Pontes, 1997. 81 p.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

ROJO, R. Gêneros discursivos do círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. **Escola Conectada**: os multiletramentos e as Tics. São Paulo: Parábola, 2013, p. 13-36.

SILVA, J. Q. G., et al. Letramento e identidade: questões em estudo. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 17, n. 32, p. 9-22, 1º sem. 2013.

SILVA, J. Q. G.; GOMIDE, R. O. M. Posicionamentos identitários em práticas de escrita da esfera acadêmica. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 17, n. 32, p. 219-240, 1º sem., 2013.

SOARES, M. Pesquisa em Educação no Brasil – continuidades e mudanças Um caso exemplar: a pesquisa sobre alfabetização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 393-417, jul./dez. 2006.

ZAVALA, V. Quem está dizendo isso?: letramento acadêmico, identidade e poder na educação superior. In: VÓVIO, C.; SITO, I; GRANDE, P. (orgs.). **Letramentos**: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisa em linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 71-95.





**XIII Simpósio Integrado de Pesquisa FURB/UNIVILLE/UNIVALI**

**27 de agosto de 2015, Blumenau - SC**

